

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No ano de 1999, já lá vão mais de 14 anos, foi subscrita, por mais de 200 juízes, a Carta de Princípios do Movimento Justiça e Democracia (MJD). Aí se escreveu, em jeito de justificação para a necessidade de criação do Movimento, o seguinte:

“Na cidade ou no campo, no litoral ou no interior, no Norte ou no Sul, as dificuldades do exercício das funções de julgador são semelhantes, havendo em todos um sentir colectivo de angústia e preocupação pelo estado actual da justiça.

Se tivermos o bom senso de parar um pouco, uns minutos apenas, e reflectirmos sobre o que deve ser hoje um juiz, o que se espera hoje de um juiz, qual o nosso papel enquanto titulares de um poder independente num Estado de Direito democrático, que necessidades temos, que expectativas nos são legítimas, qual o nosso desempenho enquanto classe profissional com uma estrutura associativa, necessariamente começarão a surgir as respostas.

(...)

A turbulência que atinge o sistema judicial, apesar de ser o reflexo duma crise mais ampla, sobre o sentido do Estado de Direito, gera a descrença e a passividade.

Todos os dias somos um pouco menos. Menos intervenientes, menos interessados, em suma menos juízes.

(...)

Em nome da nossa dignidade pessoal, dos nossos deveres como primeiros garantes dos direitos individuais, da nossa generosidade ao optarmos por esta carreira, dos sacrifícios feitos, das injustas acusações e de tudo o mais que cada um saberá, compete aos juízes fazerem um esforço para afastarem esta melancolia que torna a judicatura uma profissão cinzenta e mal amada.

(...)

A coesão e a unidade da judicatura não devem ser confundidas com a unicidade e o conformismo.”

Conforme resulta, depois, dos Estatutos (artigo 3.º) “O MJD assume-se como uma plataforma de discussão sobre os tribunais, e a organização judiciária, constitui um centro de debate relativamente ao papel dos Juízes e dos Tribunais na Sociedade, visa valorizar a ética e a deontologia profissional dos juízes portugueses e promover a ideia de acesso ao direito e a uma tutela jurisdicional efectiva com o objectivo de assim contribuir para o reforço dos direitos dos cidadãos em nome de quem os magistrados judiciais exercem funções de soberania”.

Se o que acaba de se transcrever contribuiu para a justificação da necessidade do nascimento do MJD, estamos em crer que, hoje, também justifica a sua continuidade, o seu crescimento e a sua natural renovação.

As conquistas obtidas pelo MJD ao longo da sua história não esgotaram o seu objecto, importando, nos dias de hoje e orientados pelo mesmos princípios e valores, prosseguir o caminho iniciado mas ainda não terminado.

Nesse sentido, decidimos apresentar uma candidatura aos corpos sociais do MJD nas eleições que decorrerão na Assembleia Geral do próximo dia 18 de Janeiro.

Cientes das dificuldades presentes, conscientes do papel até aqui desempenhado pelo MJD e tendo presente a actual realidade da judicatura portuguesa, mas imbuídos de um espírito congregador, plural e renovador, pretendemos dirigir o MJD nos próximos três anos, apresentando o seguinte

PROGRAMA

Considerando que:

- O aparecimento do MJD marcou o início de um novo ciclo e de uma renovação no associativismo judicial português;
- O MJD foi, ao longo da sua história, um centro de debate de ideias e sempre visou a valorização da ética e da deontologia profissional dos juízes portugueses;
- O MJD teve um papel determinante na importante manutenção, até hoje, de uma única Associação representativa dos juízes portugueses;
- O MJD continua a fazer sentido no actual panorama do associativismo judicial português.

E porque entendemos que o associativismo judicial, forte e plural, é cada vez mais importante na valorização da Justiça, assumindo-nos como defensores de um MJD como tendência associativa no seio da ASJP, e não como associação concorrente, apresentamos as seguintes propostas:

- 1.º Divulgação da história e dos princípios do MJD junto dos juízes, especialmente dos mais novos, de molde a cativá-los para o nosso projecto, abrindo espaços de discussão e reflexão sobre os problemas que os afectam;
- 2.º Criação de uma página de Facebook, que funcionará em complemento do site, como forma de dotar o MJD de uma maior capacidade de comunicação;
- 3.º Organização de eventos de natureza cultural e recreativa de molde a facilitar a divulgação do projecto do MJD e contribuir para a criação de laços de solidariedade e de convívio entre os juízes;
- 4.º Organização de conferências sobre temas com interesse para o exercício da judicatura;

- 5.º Organização do IV Encontro Nacional de Juízes, a ocorrer em 2015;
- 6.º Reorganização interna do MJD, com o intuito de tornar mais célere o contacto entre os seus associados, criando desde logo uma base de dados de todos os associados que inclua contacto telefónico, email e tribunal onde exercem funções;
- 7.º Realização periódica de debates internos informais, com participação de potenciais associados, sobre temas associativos, dos tribunais e da organização judiciária.
- 8.º Manutenção do jornal “Justiça e Democracia”, com uma periodicidade quadrimestral (Janeiro/Abril, Maio/Agosto e Setembro/Dezembro);
- 9.º Estabelecimento de boas relações institucionais com a ASJP, CSM e MJ, criando um espaço de diálogo que possibilite a apresentação de propostas e sugestões, bem como a colaboração pontual com estas entidades em alguns eventos;
- 10.º Elaboração de pareceres, designadamente sobre projectos legislativos, bem como apresentação de propostas sobre matérias conexas com os Tribunais e os Juízes.
- 11.º Pugnar pela alteração dos Estatutos da ASJP, no sentido de, além do mais, passarem os mesmos a conter a consagração expressa do direito de tendência;
- 12.º Apresentação periódica e sempre que se justifique à Direcção Nacional da ASJP da posição do MJD sobre temas associativos relevantes.
- 13.º Escolha de candidatos e organização de listas para concorrer às eleições para os órgãos da ASJP e para representantes dos juízes no CSM.

LISTA CANDIDATA ÀS ELEIÇÕES DO MOVIMENTO JUSTIÇA

DEMOCRACIA

Eleições a ter lugar na Figueira da Foz a 18 de Janeiro de 2014

DIRECÇÃO

PRESIDENTE – LUÍS MIGUEL VAZ DA FONSECA MARTINS

VICE-PRESIDENTE – ISABEL AFONSO MATOS NAMORA

SECRETÁRIO - GERAL – RUI PEDRO FARINHA ESTEVES RIBEIRO LUÍS

VOGAL TESOUREIRA – HERMENGARDA VALLE-FRIAS

VOGAL – ANA CRISTINA GUERREIRO DA SILVA

VOGAL – ROSA MARIA COLCHETE DE VASCONCELOS

VOGAL – ANA CLÁUDIA FIGUEIREDO CÁCERES PIRES

VOGAL – NUNO TOMÁS CARDOSO

VOGAL – MARIA JOÃO CONTREIRAS ROSEIRO

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE – JOSÉ MANUEL DURO MATEUS CARDOSO

VICE-PRESIDENTE – ARTUR DIONÍSIO VALE DOS SANTOS OLIVEIRA

SECRETÁRIA – CRISTINA DOS SANTOS SILVA MARINHO

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE – JOSÉ MANUEL DE SEPÚLVEDA BRAVO SERRA

SECRETÁRIO RELATOR - AGOSTINHO SOARES TORRES

VOGAL - SUSANA TEIXEIRA CARDA